



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

EMENDA Nº - PLEN
(à PEC nº 6, de 2019)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 2019

EMENDA MODIFICATIVA

I – Dê-se ao § 4º-C do art. 40 da Constituição Federal, alterado pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, a seguinte redação:

“§ 4º-C Poderá ser estabelecido por lei complementar do respectivo ente federativo **tempo de contribuição** diferenciado para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação destes agentes, ou periculosidade.”

II - Dê-se ao inciso II do § 1º do art. 201 da Constituição Federal, alterado pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, a seguinte redação:

“II - cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação destes agentes, ou periculosidade.”

III - Dê-se ao inciso II, do § 2º do art. 10 da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, a seguinte redação:

“II - o servidor público federal cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação destes agentes, ou periculosidade, aos vinte e cinco anos de efetiva exposição e contribuição, dez anos de efetivo exercício de serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria;”

IV - Dê-se ao inciso I, do § 1º, do art. 19 da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, a seguinte redação:

“I – **independentemente de idade mínima**, aos segurados que comprovem o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos”





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, ou a periculosidade, durante quinze, vinte ou vinte e cinco anos, nos termos do disposto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, quando cumpridos, conforme o agente ou situação de trabalho:

- a) quinze anos de contribuição;
- b) vinte anos de contribuição; ou
- c) vinte e cinco anos de contribuição;"

V – Dê-se ao *caput* e do § 4º do art. 21 da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, a seguinte redação, de 2019:

“Art. 21. O segurado ou o servidor público federal que tenha se filiado ao Regime Geral de Previdência Social ou ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Emenda à Constituição, cujas atividades tenham sido exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, ou a periculosidade, desde que cumpridos, no caso do servidor, o tempo mínimo de vinte anos de efetivo exercício no serviço público e de cinco anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, na forma dos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, poderá aposentar-se quando o tempo de efetiva exposição for, respectivamente, de:

- I - quinze anos de efetiva exposição;
- II - vinte anos de efetiva exposição; e
- III - vinte e cinco anos de efetiva exposição.

.....
§ 2º O tempo de contribuição será apurados em dias para o cálculo do tempo de contribuição a que se refere o *caput*.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda visa afastar dois óbices ao direito à aposentadoria especial de trabalhadores sujeitos a condições de trabalho prejudiciais à saúde ou integridade física.

Nos diversos dispositivos, suprime-se a exigência de idade mínima, posto que, para tal benefício, deve ser suficiente o tempo de exposição ao agente nocivo ou situação de risco, dado que o pressuposto é que, cumprida essa condição de exposição continuada a desgaste excepcional, o trabalhador já sofreu prejuízos a sua capacidade laboral e expectativa de sobrevida, não podendo, portanto, ser forçado a permanecer em atividade sujeita a tais danos, ou mudar de profissão, para poder vir a se aposentar com a idade mínima exigida. Tal exigência, de fato, compromete o próprio direito, fato que já foi, inclusive, reconhecido pela CCJC desta





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Casa ao aprovar a supressão da elevação da “soma” de idade e tempo de contribuição fixados no art. 19 da PEC 6.

Todavia, a supressão dessa elevação não é suficiente, posto que ainda persiste o problema de idades mínimas que obrigariam o trabalhador em mina de subsolo, por exemplo, a permanecer na atividade até, pelo menos, atingir 51 anos, ou exercer a atividade por mais de 15 anos. Um mineiro que tenha iniciado a sua atividade aos 25 anos, assim, terá que ter um total de **26 anos** em atividade sujeita ao grau máximo de exposição a agente nocivo.

Em segundo lugar a presente emenda suprime do texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019 a expressão “*e o enquadramento por periculosidade*” dos artigos supramencionados que tratam de regras de acesso a aposentadoria aos segurados que se submetem a agentes nocivos prejudiciais à sua saúde.

Tal expressão impede que a Lei, ao tratar do direito à aposentadoria especial do trabalhador, venha a considerar para fins de enquadramento nessa situação, a sujeição do trabalhador à periculosidade.

Nos termos do art. 193 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 12.740, de 2012, compreende as atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e em particular as que, **por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:**

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

O grau de risco e a tensão provocada pela permanente exposição a tais fatores, que não podem, de plano, ser caracterizados como “químicos, físicos ou biológicos”, tem justificado, historicamente, o direito à aposentadoria especial, e que, na forma da PEC 6/2019, em diversos dispositivos do texto sob exame desta Casa, restará prejudicado.

A supressão, portanto, se justifica principalmente pelo princípio da isonomia (igualdade), direito fundamental previsto no art. 5º da Carta Magna de 1988 que, inclusive, é uma das cláusulas pétreas previstas no § 4º, do art. 60 da Constituição Federal de 1988.



SF/19508.94349-79

Página: 3/7 10/09/2019 13:59:17

1128ce1930e7bb5f625b230aad1cba8b26e24544





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Isso porque, no momento que o texto apresentado ao Senado Federal veda o enquadramento por periculosidade gera a desigualdade entre os segurados que trabalham em condições diferenciadas decorrentes das mais diversas atividades e profissões que colocam o segurado em exposição a agentes nocivos prejudiciais à saúde e ao risco iminente.

Além disso, a proposta explicita o reconhecimento dessa possibilidade, dado que a exposição a periculosidade é situação distinta da exposição a agentes nocivos físicos, químicos. Sem tal previsão expressa, poderá resultar interpretação de que a periculosidade não daria direito à aposentadoria especial.

Nesse sentido, não há razão para que os segurados que possam sofrer um risco à sua vida em decorrência do labor sejam tratados de forma diferente dos segurados que se expõem a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde ou associação desses agentes. Não há uma doença específica decorrente da periculosidade, mas o risco iminente à integridade física ser violada, como no caso de eletricitário, vigilantes armados, frentistas e outros que trabalham com explosivos e inflamáveis ou substâncias radioativas ou ionizantes, que estão cotidianamente em constante perigo de uma fatalidade que nenhum homem ou medidas de controle e proteção são capazes de evitar.

Tais infortúnios não podem ser ignorados pelo Legislador sob pena de inconstitucionalidade, por tratar de forma desigual grupos de segurados que possuem especificidades diferenciadas em seu labor, como no caso da periculosidade.

Por fim, se os Policiais, Agentes Penitenciários e Socieducativos possuem direito a aposentadoria com requisitos diferenciados em decorrência do risco iminente à vida, por qual razão, o vigilante armado que está de prontidão em defesa inclusive de Bancos Públicos e carros fortes, deve ser ignorado, se sua integridade física sofre o mesmo risco que a do Policial, Agentes Penitenciários e Socieducativos?

Diante do exposto, é de suma importância que seja suprimido da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019 a expressão “*e o enquadramento por periculosidade*” de todos os artigos supramencionados, a fim de evitar violação ao princípio da igualdade e inconstitucionalidade.



SF/19508.94349-79

Página: 4/7 10/09/2019 13:59:17

1128ce1930e7bb5f625b230aad1cba8b26e24544





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Contamos com o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para essas importantes correções da PEC nº 6, de 2019.

Sala das Sessões,

OK
[Assinatura]
Senador **PAULO PAIM**
PT/RS

OK	2	<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i> OK
OK	3	KADHU	<i>[Assinatura]</i> OK
OK	4	Eládio Amos	<i>[Assinatura]</i>
OK	5	Jenaiide Gaió	Jenaiide Gaió OK
OK	6	Raimundo	<i>[Assinatura]</i> OK
OK	7	FABIANO CONTRASTO	<i>[Assinatura]</i>
OK	8	Paulo Rocha	<i>[Assinatura]</i> OK
OK	9	Wilder Silva	<i>[Assinatura]</i> OK
OK	10	<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
OK	11	OTTO	<i>[Assinatura]</i> OK
OK	12	HUMBERTO	<i>[Assinatura]</i> OK
+ OK	13	JDP.	<i>[Assinatura]</i>
OK	14	Dani Berger	<i>[Assinatura]</i> OK
OK	15	CID F. GOMES	<i>[Assinatura]</i>





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

OK	16	JOAQUIM WAGNER	João Wagner
OK	17	Amílcar	Amílcar
OK	18	WILSON BARRETO	Wilson Barreto
OK	19	Alzira Lima	Alzira Lima
OK	20	Romário Lima	Romário Lima
OK	21	TELMAR	TELMAR
OK	22	Elmano Firer	Elmano Firer
OK	23	KATIA ABRAO	KATIA ABRAO
OK	24	REBECCA	REBECCA
OK	25	ARDORE	ARDORE
+	26	João	João
OK	27	Jorge Mello	Jorge Mello
OK	28	WILSON HEINZ	WILSON HEINZ
OK	29	EDMUNDO GOMES	EDMUNDO GOMES
OK	30	MAJOR OLÍMPIO	MAJOR OLÍMPIO
OK	31	MAJOR OLÍMPIO	MAJOR OLÍMPIO
OK	32	ALCANTARA	ALCANTARA
OK	33	LASIER	LASIER
OK	34	STYVENSON	STYVENSON



SF/19508.94349-79

Página: 67 10/09/2019 13:59:17

1128ce1930e7bb5f625b230aad1c8a8b26e24544





Assessoria
Especial -
para MINIMAR
PERICULOSIDADE

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

OK	35	JOSÉ MARANHÃO	OK
OK	36	ALESSANDRO	OK
OK	37	Rondel Condor	OK
	38		
	39		
	40		
	41		
	42		
	43		
	44		
	45		
	46		
	47		
	48		
	49		
	50		
	51		
	52		



SF/19508.94349-79

Página: 7/7 10/09/2019 13:59:17

1128ce1930e7bb5f625b230aad1c8a8b26e24544

